

REVOGADO



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PORTARIA N. 150, DE 9 DE OUTUBRO DE 2007.

Disciplina a escala de plantão para servidores lotados nas unidades de Segurança e de Transporte.

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, no uso da atribuição prevista no art. 94, inciso IX, alínea "b", do Regulamento da Secretaria, considerando o disposto no artigo 19 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e o que consta do processo administrativo n. STJ 6669/2006,

RESOLVE:

Art. 1º Disciplinar a escala de serviço, em regime de plantão ininterrupto, para servidores lotados nas áreas de Embarque, Central de Segurança e Transporte que desempenhem as atividades respectivas em caráter permanente.

Art. 2º Cabe aos titulares das áreas de Segurança e de Transporte designar, respectivamente, as equipes que cumprirão escala de plantão.

Parágrafo único. As unidades referidas no caput deste artigo definirão o horário de expediente de cada equipe, ficando os servidores vinculados ao disposto no § 1º do artigo 4º da Instrução Normativa n. 3, de 20 de maio de 2004.

Art. 3º A escala de plantão obedecerá à carga horária padrão de 12x60 (doze horas de serviço por sessenta horas de descanso).

Art. 4º Os intervalos para descanso e para refeição do plantonista obedecerão ao sistema de rodízio e serão definidos pela chefia imediata, sem prejuízo da continuidade dos serviços.

Art. 5º O servidor designado para cumprir a escala de plantão referida no art. 3º desta Portaria não terá direito ao recesso fixado pelo Regimento Interno deste Tribunal.

Art. 6º É vedada a realização de serviço extraordinário por servidor que trabalhe no regime de plantão de que trata esta Portaria.

Art. 7º É devido o adicional noturno, nos termos do art. 75 da Lei n. 8.112/90, quando for o caso.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo plantão encaminharão à chefia imediata, até o segundo dia útil do mês subsequente, a relação nominal dos servidores que fazem jus ao adicional noturno, para envio à área de pagamento.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim de Serviço.



REVOGADO

Miguel Augusto Fonseca de Campos